



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AFOGADOS DA INGAZEIRA/PE

PROCESSO: 00003964020198172110

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUIZ CAMILO DA SILVA NASCIMENTO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

#### BANCO DO BRASIL

##### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	08/11/2017
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: LUIZ CAMILO DA SILVA NASCIMENTO

BANCO: 104  
AGÊNCIA: 00914  
CONTA: 000000021208-4

Nr. da Autenticação 2240CD36BC1DF6B8

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora, tendo sido produzido o laudo pericial acostado.

Dessa forma, na remota hipótese de condenação, requer a Ré que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo *expert*, tendo em vista que foram devidamente utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

### **DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO**

#### **LESÃO PREEXISTENTE**

Não obstante, conforme já informado em sede de Contestação, a vítima já recebeu indenização relativa ao Seguro DPVAT, em razão de sinistro ocorrido em, 15/12/2009.

Nos autos em questão( nº. 38531620128171370), foi apurada invalidez de 25% do pé direito, ou seja, mesmo pé cujo tornozelo foi lesionado e levou a invalidez do membro como um todo nos presentes autos.

**Ora, considerando a existência pretérita de limitações físicas no pé direito e, que o laudo dos presentes autos apontou invalidez do membro com um todo, se faz necessário reconhecer também o pagamento já efetuado em razão deste sinistro anterior.**

Dessa forma, deve ser considerado para fins de abatimento, não só o pagamento efetuado nos presentes autos (R\$ 1.687,50), como o valor recebido em razão da invalidez pretérita cujo valor correspondente é de R\$ 1.687,50, totalizando R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais).

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

AFOGADOS DA INGAZEIRA, 11 de outubro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**